

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ (DETRAN/PI),
FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ (TV ANTARES) E SECRETARIA
DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (SASC)
EDITAL Nº 02/2026

NÍVEL SUPERIOR

02100 – ANALISTA DE TRÂNSITO – TIPO A

Frase: **A transparência legitima a administração.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Lei Seca completa 18 anos e reforça a conscientização dos condutores

O consumo de álcool compromete significativamente a capacidade de dirigir e é um dos principais fatores de risco de acidentes

A Lei Seca, que instituiu no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) a política de tolerância zero para a combinação de álcool e direção, completa 18 anos nesta sexta-feira (19/06). Ao longo desse período, a legislação tem desempenhado papel fundamental na mudança de comportamento dos condutores, fortalecendo a cultura de respeito às normas de trânsito e à preservação da vida.

Aliada ao fortalecimento da fiscalização e a outras iniciativas de segurança viária, a medida também contribuiu para a redução dos índices de mortalidade no trânsito. Em Fortaleza, o número de óbitos registrados em ruas e avenidas caiu 50% entre 2008 e 2026, o que reflete os avanços alcançados na promoção de um trânsito mais seguro.

Somente entre janeiro e maio deste ano, a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) realizou 347 operações de fiscalização, que resultaram em 32.528 abordagens. Ao todo, 31.125 condutores foram submetidos ao teste do etilômetro. No período, foram registradas 1.264 recusas ao teste e apenas três resultados positivos para a ingestão de álcool.

Considerado um dos principais fatores de risco para a ocorrência de sinistros e mortes no trânsito, o consumo de álcool compromete significativamente a capacidade de dirigir. Condutores que assumem o volante, após beber, apresentam redução da percepção, da coordenação motora e da concentração, aumentando o risco de acidentes. Além disso, essa prática frequentemente está associada a outros comportamentos perigosos, como exceder os limites de velocidade e deixar de utilizar o cinto de segurança.

Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/lei-seca-completa-18-anos-e-reforca-a-conscientizacao-dos-condutores>. Acesso em: 14.jul.2026.

1. Analise o trecho a seguir, no contexto do parágrafo em que se insere, para assinalar a alternativa correta acerca do processo de coesão textual.

“Além disso, essa prática frequentemente está associada a outros comportamentos perigosos, como exceder os limites de velocidade e deixar de utilizar o cinto de segurança.”

- (A) O trecho “**outros comportamentos perigosos**” estabelece uma relação de coesão referencial **catafórica**, pois é especificado pelo segmento subsequente “**como exceder os limites de velocidade e deixar de utilizar o cinto de segurança**.”
- (B) “**Além disso**” trata-se de um operador argumentativo referencial, o qual se reporta à informação imediatamente antecedente, trazendo ao contexto uma ideia conclusiva.
- (C) O pronome demonstrativo “**essa**”, em “**essa prática**”, estabelece uma relação de coesão dêitica, pois orienta o leitor para um referente identificado pela situação comunicativa.
- (D) A expressão “**como exceder os limites de velocidade e deixar de utilizar o cinto de segurança**” constitui um mecanismo de coesão anafórica, pois recupera, por reiteração semântica, a referência ao consumo de álcool apresentada no período anterior.

2. Acerca da estrutura mórfica das palavras demarcadas no excerto a seguir, assinale a alternativa correta.

“A Lei Seca, que instituiu no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) a política de tolerância zero para a combinação de álcool e direção, completa 18 anos nesta sexta-feira (19/06). Ao longo desse período, a legislação tem desempenhado papel fundamental na mudança de comportamento dos condutores, fortalecendo a cultura de respeito às normas de trânsito e à preservação da vida.”

- (A) A palavra **legislação** resulta de derivação parassintética, uma vez que o acréscimo simultâneo de afixos é indispensável para sua constituição.
- (B) A relação entre **Lei** e **legislação** é um exemplo de braquissmia, pois houve uma redução do vocábulo de raiz erudita **legis-** para o português **Lei**.
- (C) A base **legis-** decorre de um processo de composição por aglutinação entre dois radicais latinos, existindo, portanto, relação etimológica com a palavra **Lei**.
- (D) O segmento **legis-** corresponde à forma erudita da base lexical relacionada à palavra **Lei**, preservada em vocábulos como *legislar*, cuja origem remonta ao latim *lex, legis*.

3. Tendo por base a função desempenhada pelas classes de palavras destacadas nos itens que seguem, aponte a alternativa em que haja uma correlação funcional entre o vocábulo demarcado e a sua tipificação entre parênteses.

- (A) “Além disso, essa prática frequentemente está associada a outros comportamentos perigosos [...]” (**substantivo**).
- (B) “Somente entre janeiro e maio deste ano, a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) realizou 347 operações de fiscalização.” (**conjunção**).
- (C) “A Lei Seca, que instituiu no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) a política de tolerância zero para a combinação de álcool e direção, completa 18 anos nesta sexta-feira.” (**adjetivo**).
- (D) “[...] o número de óbitos registrados em ruas e avenidas caiu 50% entre 2008 e 2026, o que reflete os avanços alcançados na promoção de um trânsito mais seguro.” (**pronome relativo**)

4. “Ao longo desse período, a legislação tem desempenhado papel fundamental na mudança de comportamento dos condutores, fortalecendo a cultura de respeito às normas de trânsito e à preservação da vida.”

As preposições enumeradas, em 1 e em 2, introduzem respectivamente:

- (A) 1 e 2, adjuntos adnominais.
- (B) 1, complemento nominal; 2, adjunto adnominal.
- (C) 1 e 2, complementos nominais.
- (D) 1, adjunto adnominal; 2, complemento nominal.

5. “Condutores que assumem o volante, após beber, apresentam redução da percepção, da coordenação motora e da concentração, aumentando o risco de acidentes.”

Sobre a oração realçada, é correto afirmar que é:

- (A) Introduzida por um pronome relativo, sendo, portanto, adjetiva restritiva.
- (B) Introduzida por uma conjunção subordinativa adverbial, sendo, portanto, adverbial causal.
- (C) Introduzida por uma conjunção coordenativa, sendo, portanto, coordenada sindética explicativa.
- (D) Introduzida por uma conjunção subordinativa integrante, sendo, portanto, substantiva objetiva direta.

6. “Ao longo desse período, a legislação tem desempenhado papel fundamental na mudança de comportamento dos condutores [...]”

O tempo composto ressaltado, no período em evidência, está estruturado no:

- (A) Pretérito perfeito composto do subjuntivo.
- (B) Pretérito perfeito composto do indicativo.
- (C) Pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo.
- (D) Pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

7. “Condutores que assumem o volante, após beber, apresentam redução da percepção, da coordenação motora e da concentração, aumentando o risco de acidentes.”

A repetição das preposições destacadas, na passagem antecedente, indica um(a):

- (A) Caso de excesso de elemento sintático, que prejudica a progressão da estrutura sintática do período.
- (B) Mecanismo de reiteração lexical, cuja função é evitar a ambiguidade provocada pela enumeração dos substantivos.
- (C) Caso de paralelismo sintático, em decorrência da regência da palavra “redução”, termo regente dos complementos nominais subsequentes.
- (D) Estratégia estilística de ênfase, facultativa do ponto de vista gramatical, utilizada para reforçar a progressão argumentativa do período.

8. Acerca da forma verbal beber na passagem a seguir, assinale a alternativa correta.

“Condutores que assumem o volante, após beber, apresentam redução da percepção, da coordenação motora e da concentração, aumentando o risco de acidentes.”

- (A) O infinitivo permanece obrigatoriamente no singular por estar antecedido pela preposição **após**, contexto que impede sua flexão, ainda que o sujeito seja plural e esteja expresso.
- (B) A flexão do infinitivo em **beberem** acarretaria alteração sintática, transformando a oração reduzida adverbial temporal em uma oração subordinada substantiva.
- (C) A forma **beber** é obrigatória porque o sujeito da oração reduzida é indeterminado, impossibilitando a flexão do infinitivo em número e pessoa.
- (D) O emprego do infinitivo impessoal decorre da identidade entre o sujeito da oração reduzida e o da oração principal, razão pela qual a flexão (**beberem**) seria facultativa, sem alteração substancial do sentido do período.

Noções de Informática

9. Em um processo de tramitação eletrônica de documentos, uma unidade administrativa passou a utilizar assinatura digital para formalizar despachos e pareceres. O procedimento foi adotado para fortalecer a confiabilidade dos documentos eletrônicos e reduzir riscos associados à alteração indevida de seu conteúdo durante o fluxo administrativo. Nesse contexto, a assinatura digital constitui um mecanismo amplamente empregado em ambientes governamentais e corporativos.

Considerando os princípios da segurança da informação aplicados à assinatura digital, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade desse mecanismo.

- (A) Possibilitar a comprovação da autoria do documento e a verificação de sua integridade, utilizando recursos criptográficos compatíveis com certificados digitais.
- (B) Assegurar que o conteúdo do documento permaneça permanentemente oculto para qualquer usuário, inclusive aqueles devidamente autorizados.
- (C) Impedir a realização de cópias do arquivo eletrônico, independentemente do sistema operacional ou do aplicativo utilizado para acessá-lo.
- (D) Garantir que documentos assinados eletronicamente possam ser executados apenas em computadores previamente cadastrados pelo emissor.

10. Uma equipe de Analistas de Trânsito consolidou, em uma planilha do Microsoft Excel do Microsoft 365, dados referentes ao número de infrações registradas por diferentes equipes de fiscalização durante um trimestre. Para gerar um relatório estatístico, foi necessário calcular a quantidade de registros que atendiam simultaneamente a dois critérios: pertencerem a uma determinada equipe e apresentarem quantidade de infrações superior a um valor previamente estabelecido. A adoção de uma função apropriada permitiu realizar esse processamento sem recorrer à criação de colunas auxiliares ou à filtragem manual dos dados.

Tendo em vista a situação apresentada, indique a alternativa que identifica corretamente a função utilizada para efetuar essa contagem baseada em múltiplos critérios.

- (A) CONT.NÚM, por contabilizar automaticamente todas as células que contenham valores numéricos, independentemente de critérios adicionais.
- (B) CONT.SE, por realizar a contagem de registros utilizando simultaneamente dois ou mais critérios definidos pelo usuário.
- (C) CONT.SES, por contabilizar as células que satisfazem, ao mesmo tempo, todos os critérios especificados em diferentes intervalos correspondentes.
- (D) SOMASES, por retornar a quantidade de registros que atendem aos critérios estabelecidos mediante a soma dos valores encontrados.

11. Durante o desenvolvimento de um projeto para apoiar a análise de solicitações encaminhadas por cidadãos, uma equipe de um órgão público passou a utilizar um sistema de inteligência artificial generativa para produzir minutas de relatórios. Nos primeiros testes, verificou-se que comandos vagos produziam respostas inconsistentes, enquanto comandos estruturados, contendo contexto, objetivo, restrições e formato esperado da saída, resultavam em respostas mais adequadas às necessidades do trabalho técnico. Essa prática está alinhada às recomendações atuais para utilização eficiente de modelos de linguagem.

Sobre esse contexto, marque a alternativa que apresenta corretamente uma característica de uma técnica de elaboração de prompts.

- (A) Baseia-se na utilização predominante de palavras-chave relacionadas ao tema, deixando que o modelo interprete automaticamente o contexto da tarefa.
- (B) Baseia-se na construção de instruções claras, contextualizadas e específicas, definindo o objetivo, as restrições e o formato esperado para a resposta.
- (C) Fundamenta-se na substituição de dados objetivos por expressões genéricas, permitindo que o modelo determine autonomamente o contexto mais apropriado.
- (D) Caracteriza-se pela formulação de comandos organizados em perguntas sucessivas, permitindo que o modelo desenvolva gradualmente a resposta solicitada.

12. Em um setor responsável pela tramitação de processos administrativos, documentos produzidos por diferentes sistemas são armazenados em um repositório eletrônico para posterior consulta e compartilhamento entre servidores. Durante a organização desse acervo, observou-se que a correta identificação das extensões dos arquivos facilita a escolha do aplicativo apropriado para sua abertura e edição, reduzindo erros operacionais e preservando a integridade dos documentos institucionais.

Acerca da relação entre extensões de arquivos e seus respectivos formatos, assinale a alternativa que apresenta uma associação tecnicamente correta.

- (A) O arquivo com extensão **.pptx** corresponde a um documento de texto do Microsoft Word, destinado predominantemente à elaboração de relatórios administrativos.
- (B) O arquivo com extensão **.docx** corresponde a uma apresentação de slides do Microsoft PowerPoint, utilizada para exposições em reuniões e treinamentos.
- (C) O arquivo com extensão **.pdf** corresponde a um formato destinado à distribuição e visualização de documentos, mantendo recursos próprios de planilhas eletrônicas editáveis.
- (D) O arquivo com extensão **.xlsx** corresponde a uma pasta de trabalho do Microsoft Excel, destinada ao armazenamento de planilhas eletrônicas, fórmulas, tabelas e gráficos.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

13. Na organização regional proposta pelo IBGE, determinadas cidades exercem funções associadas a serviços médicos especializados, grandes universidades e outras atividades de maior complexidade. No estudo da rede urbana piauiense, a atração exercida por esses serviços constitui um critério relacionado às:

- (A) Regiões Geográficas Imediatas, organizadas pelas relações econômicas estabelecidas entre centros municipais de hierarquia semelhante.
- (B) Regiões Geográficas Intermediárias, que articulam Regiões Geográficas Imediatas a partir de centros com funções urbanas de maior complexidade.
- (C) Regiões Geográficas Imediatas, definidas pelas atividades ocasionais que provocam deslocamentos de longa distância no interior dos estados.
- (D) Regiões Geográficas Intermediárias, formadas pela correspondência entre as áreas de influência urbana e os limites político-administrativos municipais.

14. O histórico de Parnaíba, no Piauí, registra a formação de um entreposto destinado à guarda de animais e ao acondicionamento da carne bovina, conhecido como Porto Salgado ou das Barcas. Esse espaço favoreceu o desenvolvimento de atividade charqueadora e participou da formação de um dos núcleos da cidade. Considerando a relação entre atividade econômica e formação urbana, marque a alternativa que apresenta corretamente esse processo.

- (A) A organização do núcleo urbano esteve vinculada a uma estrutura de circulação e beneficiamento relacionada à pecuária, contribuindo para a concentração de atividades no local.
- (B) A formação urbana decorreu da substituição da criação de animais pela produção industrial, responsável pela especialização econômica inicial do município.
- (C) O entreposto foi estruturado para ordenar a ocupação administrativa do litoral, constituindo posteriormente uma área destinada à produção pecuária.
- (D) A atividade charqueadora desenvolveu-se após a consolidação da cidade, aproveitando a estrutura comercial criada pelo crescimento da população urbana.

15. A formação de Brasileira, no Piauí, esteve relacionada à implantação da Estrada de Ferro Central do Piauí, em 1936. Segundo o histórico municipal disponibilizado pelo IBGE, a construção de uma estação contribuiu para a concentração populacional no local. Considerando esse processo, assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação entre transporte e organização do espaço.

- (A) A ferrovia consolidou um núcleo populacional existente ao transferir para a estação as funções administrativas exercidas nas áreas rurais próximas.
- (B) A estação foi instalada em razão do crescimento demográfico anterior, sendo destinada a atender à circulação da população já concentrada na área.
- (C) A implantação da infraestrutura ferroviária atuou como fator de atração populacional e participou da formação do aglomerado que originou o município.
- (D) A expansão ferroviária reorganizou a atividade econômica municipal ao substituir as vias de transporte que haviam conduzido à formação do povoado.

16. O Censo Demográfico de 2022 identificou 31.786 pessoas quilombolas no Piauí. A investigação censitária sobre essa população passou a produzir dados específicos acerca de sua distribuição e de suas características demográficas. Considerando o significado dessa informação para a análise social do estado, indique a alternativa que apresenta uma interpretação correta.

- (A) O levantamento estabelece correspondência entre população quilombola e população rural, permitindo utilizar os dois grupos como categorias equivalentes na análise demográfica.
- (B) A contagem censitária delimita os territórios quilombolas a partir do número de pessoas que se declararam pertencentes a essa população em cada município.
- (C) A identificação da população quilombola organiza os habitantes segundo sua origem territorial, distinguindo aqueles residentes dentro e fora do estado de nascimento.
- (D) A identificação censitária permite incorporar a população quilombola à análise das diferenças internas do território, produzindo informações sobre grupos historicamente específicos.

Legislação e Ética no Serviço Público

17. A ética na administração pública não se limita a um conjunto de normas formais; constitui, antes, o alicerce da confiança entre o Estado e a sociedade. Uma conduta orientada pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência orienta a formulação e a execução de políticas públicas comprometidas com o interesse coletivo e com o fortalecimento da democracia. Nesse contexto, o exercício cotidiano do serviço público requer responsabilidade, discernimento e compromisso com valores que asseguram a integridade das instituições e a legitimidade das decisões administrativas. Assim, pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor responde civil, penal e administrativamente, pelo que incorremos nas responsabilidades previstas na Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), dentre as quais está correto apenas o contido em:

- (A) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (B) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- (C) As cominações civis, penais e disciplinares não poderão cumular-se, ainda que sejam independentes entre si.
- (D) A responsabilidade penal abrange apenas os crimes imputados ao servidor, nessa qualidade.

18. Conforme previsto na Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, é corretamente chamada apenas de:

- (A) Readaptação.
- (B) Promoção.
- (C) Reversão.
- (D) Aproveitamento.

19. Regulamenta a Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989, que compete, ainda, ao Estado, em comum com a União e os Municípios, legislar sobre:

- (A) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.
- (B) Previdência social, proteção e defesa da saúde.
- (C) Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (D) Política de educação para a segurança do trânsito.

20. Define a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que o controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse, sendo que o controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais. As atividades do encarregado consistem em:

- (A) Realizar o tratamento independentemente das instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.
- (B) Estabelecer os prazos para a execução da atividade de acordo com a complexidade de cada caso.
- (C) Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.
- (D) Elaborar relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, a consulta pública prévia às propostas de normas regulamentares do CONTRAN deverá ocorrer:

- (A) Pelo período mínimo de 30 dias, por meio da Internet, antes da apreciação da matéria.
- (B) Pelo período de 15 dias, mediante publicação exclusiva no Diário Oficial da União.
- (C) Após a aprovação da norma pelo Plenário, para recebimento de sugestões da sociedade.
- (D) Sempre que houver solicitação formal dos órgãos executivos estaduais de trânsito.

22. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

- (A) Julgar os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelas JARI.
- (B) Elaborar normas estaduais complementares relativas à fiscalização de trânsito.
- (C) Organizar, manter e atualizar o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC).
- (D) Designar os membros das Câmaras Temáticas vinculadas aos CETRAN.

23. Ao perceber aproximação de veículo de emergência com alarme sonoro e iluminação intermitente acionados, os demais condutores deverão:

- (A) Reduzir a velocidade e aguardar orientação do agente de trânsito mais próximo.
- (B) Liberar a passagem deslocando-se para a direita da via e parar, se necessário.
- (C) Prosseguir normalmente quando estiverem em via urbana de pista dupla.
- (D) Manter velocidade reduzida e permanecer na faixa em que estiverem circulando.

24. Antes de realizar ultrapassagem, o condutor deve verificar, entre outros aspectos, se:

- (A) Há acostamento disponível para utilização em caso de redução de velocidade.
- (B) A faixa a ser utilizada possui extensão suficiente para execução segura da manobra.
- (C) Existe sinalização horizontal contínua delimitando a faixa de circulação.
- (D) O trânsito no sentido contrário encontra-se momentaneamente interrompido.

25. Conforme a Resolução CONTRAN nº 844/2021, no processo administrativo de suspensão do direito de dirigir decorrente de resultado positivo em exame toxicológico periódico, o levantamento da suspensão poderá ocorrer mediante:

- (A) Conclusão de curso de reciclagem homologado pelo órgão executivo de trânsito competente.
- (B) Decurso de metade do prazo de suspensão, mediante requerimento do condutor.
- (C) Reclassificação da habilitação para categoria que dispense exame toxicológico periódico.
- (D) Resultado negativo em novo exame ou cumprimento do prazo de suspensão previsto no CTB.

26. Nos termos da Resolução CONTRAN nº 931/2022, considera-se notificado o proprietário ou condutor aderente ao Sistema de Notificação Eletrônica (SNE):

- (A) Na data em que acessar o sistema e visualizar a notificação eletrônica.
- (B) Trinta dias após a inclusão da informação no sistema e o envio da respectiva mensagem eletrônica.
- (C) Quinze dias após a disponibilização da notificação no sistema, independentemente do envio de mensagem.
- (D) Na data da expedição da notificação pelo órgão autuador, ainda que não disponibilizada no SNE.

27. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 969/2022, quando um veículo estiver equipado com engate para reboque ou transportando carga que encubra total ou parcialmente a placa traseira, será obrigatório:

- (A) Solicitar autorização prévia ao órgão executivo de trânsito para circular nessas condições.
- (B) Substituir a placa traseira por modelo de identificação provisória.
- (C) Utilizar segunda Placa de Identificação Veicular (PIV) traseira em local visível.
- (D) Instalar dispositivo refletivo complementar no conjunto traseiro do veículo.

28. Conforme a Resolução CONTRAN nº 1.020/2025, para aprovação no exame teórico de obtenção da CNH ou da Autorização para Conduzir Ciclomotor, o candidato deverá obter, no mínimo:

- (A) 21 acertos em uma prova com 40 questões.
- (B) 24 acertos em uma prova com 40 questões.
- (C) 20 acertos em uma prova com 30 questões.
- (D) 18 acertos em uma prova com 30 questões.

29. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 927/2022, caso o candidato discorde do resultado do exame de aptidão física e mental ou da avaliação psicológica, poderá requerer a instauração de Junta Médica e/ou Psicológica no prazo de:

- (A) 30 dias, contados da ciência do resultado.
- (B) 15 dias, contados da emissão do laudo.
- (C) 20 dias úteis, contados da comunicação do órgão executivo de trânsito.
- (D) 45 dias, contados da realização do exame.

30. No âmbito da gestão patrimonial, a realização periódica de inventário físico dos bens patrimoniais tem como principal finalidade:

- (A) Definir o valor de mercado dos bens para fins exclusivos de alienação pela Administração Pública.
- (B) Atualizar automaticamente a depreciação contábil de todos os bens móveis registrados.
- (C) Verificar a existência, o estado de conservação e a correspondência entre os bens existentes e os registros patrimoniais.
- (D) Identificar apenas os bens considerados inservíveis para posterior desfazimento.

31. Entre os princípios orçamentários, o princípio da anualidade (ou periodicidade) estabelece que:

- (A) As dotações orçamentárias podem ser utilizadas até o completo esgotamento dos recursos, independentemente do exercício financeiro.
- (B) O planejamento governamental deve abranger, obrigatoriamente, período mínimo de quatro anos.
- (C) A arrecadação das receitas públicas deve ocorrer exclusivamente durante o primeiro semestre do exercício financeiro.
- (D) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período correspondente a um exercício financeiro.

32. No âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa que melhor expressa a distinção entre Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Estado, Governo e Administração Pública possuem o mesmo significado jurídico, diferenciando-se apenas quanto à esfera federativa em que atuam.
- (B) O Estado corresponde à organização política soberana; o Governo exerce a direção política; e a Administração Pública executa as atividades administrativas voltadas ao interesse público.
- (C) A Administração Pública exerce função política, enquanto o Governo desempenha exclusivamente atividades administrativas de execução.
- (D) O Governo representa a estrutura permanente do Estado, ao passo que a Administração Pública corresponde ao conjunto de agentes eleitos.

33. O poder regulamentar da Administração Pública permite que o Chefe do Poder Executivo:

- (A) Crie direitos e obrigações não previstos em lei, sempre que houver interesse público relevante.
- (B) Edite atos normativos destinados a viabilizar a fiel execução das leis, sem inovar na ordem jurídica.
- (C) Modifique ou revogue leis ordinárias por meio de decretos administrativos.
- (D) Estabeleça sanções administrativas sem previsão legal específica.

34. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, quando o proprietário ou o condutor não estiver presente no momento da remoção do veículo, a autoridade de trânsito deverá expedir a notificação com as orientações para sua restituição no prazo de:

- (A) 10 dias, contados da data da remoção, admitindo-se notificação por edital caso reste frustrada a tentativa de ciência.
- (B) 30 dias, contados da remoção, sendo vedada a utilização de meios tecnológicos para a notificação.
- (C) 15 dias, contados da lavratura do auto de infração, exclusivamente por remessa postal.
- (D) 5 dias úteis, contados da apreensão do veículo, com publicação obrigatória em diário oficial.

35. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a pena de suspensão ou de proibição de se obter a Permissão para Dirigir ou a Carteira Nacional de Habilitação não terá início enquanto o condenado:

- (A) Estiver recolhido a estabelecimento prisional em razão da condenação penal.
- (B) Não concluir o curso de reciclagem determinado pela autoridade de trânsito.
- (C) Permanecer respondendo ao processo criminal sem sentença definitiva.
- (D) Não efetuar o pagamento integral das multas decorrentes do fato.

36. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, quando o recurso contra a penalidade for interposto tempestivamente, a autoridade que aplicou a penalidade deverá encaminhá-lo à JARI no prazo de:

- (A) 15 dias, contados da data do protocolo do recurso.
- (B) 30 dias, contados da ciência da autoridade recorrida.
- (C) 45 dias, contados da data da autuação.
- (D) 10 dias, contados da data de sua interposição.

37. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, configura hipótese de encerramento da instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades:

- (A) O pagamento da multa com reconhecimento da infração e requerimento de encerramento do processo, sem apresentação de defesa ou recurso.
- (B) O protocolo de recurso perante a autoridade de trânsito competente.
- (C) A simples expedição da notificação da penalidade ao proprietário do veículo.
- (D) A apresentação de defesa prévia dentro do prazo legal, independentemente de seu julgamento.

38. Na gestão e fiscalização de contratos administrativos, a atuação da Administração durante a execução contratual tem como finalidade principal:

- (A) Transferir ao contratado a responsabilidade exclusiva pelo acompanhamento da execução contratual, desde que exista garantia contratual.
- (B) Limitar-se ao recebimento definitivo do objeto contratado, sendo dispensável o acompanhamento da execução durante sua vigência.
- (C) Verificar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias para assegurar a adequada execução do objeto.
- (D) Restringir a fiscalização à conferência dos pagamentos realizados, sem analisar a conformidade da execução do objeto.

39. No contexto da auditoria administrativa aplicada aos processos de veículos e habilitação, a finalidade da auditoria é:

- (A) Aplicar penalidades disciplinares aos servidores sempre que forem identificadas falhas na execução dos processos.
- (B) Revisar apenas documentos contábeis relacionados à arrecadação de taxas administrativas.
- (C) Substituir a atuação das unidades responsáveis pelo controle interno e pela gestão operacional.
- (D) Avaliar a conformidade dos procedimentos, identificar riscos e propor melhorias para aumentar a eficiência e a segurança dos processos.

40. Em uma autarquia, a aquisição de um equipamento destinado às atividades institucionais, com vida útil superior a um exercício financeiro, caracteriza-se como:

- (A) Despesa corrente destinada à manutenção das atividades administrativas.
- (B) Receita patrimonial decorrente da valorização dos bens públicos.
- (C) Passivo permanente relacionado às obrigações de curto prazo.
- (D) Incorporação de um bem ao ativo imobilizado da entidade.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto deverá conter o limite máximo de **30 (tinta) linhas** efetivamente escritas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- As provas discursivas serão compostas, para todos os cargos/especialidades, por 01 (uma) questão prática, sob a forma de estudo de caso, relacionada às atribuições do respectivo cargo/especialidade e aos conteúdos específicos constantes do Anexo II do Edital.
- O candidato deverá apresentar solução fundamentada para a situação-problema proposta, em texto dissertativo.

No exercício de suas atribuições, um Analista de Trânsito do DETRAN/PI foi designado para integrar equipe responsável pela auditoria em um Centro de Formação de Condutores (CFC) credenciado, após o recebimento de denúncia encaminhada pela Ouvidoria do órgão relatando possíveis irregularidades no processo de formação de candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Durante a auditoria, verificou-se que diversos candidatos haviam sido encaminhados para aulas práticas de direção antes da confirmação, nos sistemas oficiais do DETRAN, da conclusão regular das etapas antecedentes previstas para o processo de habilitação. Também foram constatadas divergências entre os registros eletrônicos do RENACH e a documentação arquivada pelo CFC, impossibilitando a verificação da sequência cronológica de parte dos atos praticados.

Ao ser notificado para prestar esclarecimentos, o diretor do CFC alegou que as inconsistências decorreram de falha temporária de comunicação entre o sistema informatizado da entidade e os sistemas do DETRAN, sustentando que todos os candidatos cumpriram regularmente as etapas exigidas pela Resolução CONTRAN nº 1.020/2025 e que os registros seriam posteriormente atualizados, sem qualquer prejuízo ao processo de habilitação.

O processo administrativo foi encaminhado ao Analista de Trânsito para emissão de parecer técnico conclusivo.

Na condição de Analista de Trânsito do DETRAN/PI, elabore parecer técnico fundamentado, indicando:

- a) quais irregularidades administrativas podem ser identificadas na situação apresentada;
- b) de que forma a Resolução CONTRAN nº 1.020/2025 orienta a condução regular do processo de habilitação e a confiabilidade dos registros oficiais;
- c) se a justificativa apresentada pelo CFC, por si só, é suficiente para afastar a adoção de providências administrativas, indicando os fundamentos da sua conclusão;
- d) quais medidas administrativas deverão ser propostas pelo DETRAN/PI para assegurar a regularidade do processo de habilitação, a confiabilidade dos registros oficiais e a observância da legislação de trânsito.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	